também negativos, ocorridos na gestão da ex-Governadora que, no entanto, não se constituem em motivos determinantes para opinar pela desaprovação das contas, pelo que, passo a tecer as considerações fáticas e jurídicas que me convenceram acerca das conclusões contidas no relatório técnico.

As duas situações abordadas sobre a abertura de créditos suplementares em oposição ao dispositivo da Lei Orçamentária não configuram falta agravante, posto que não promoveram déficit orçamentário. O equilíbrio da gestão orçamentária e financeira não foi comprometido, haja vista que as dotações autorizadas não foram executadas em sua totalidade, gerando economia orçamentária de R\$1,6 bilhão, e superávit financeiro de R\$276,7 milhões, conforme verificou-se na análise técnica. Tais aspectos demonstram que se trata de falha relativa ao controle da execução do orçamento por parte do órgão encarregado.

Pelo que constatou a equipe técnica, o registro dos decretos de abertura de créditos adicionais é realizado no Sistema de Execução Orçamentária – SEO, que não tem qualquer vinculação com o SIAFEM. Ora, esse fato por si só possibilita a ocorrência de erros e o descontrolo da execução orçamentária.

Entendo que a falta de integração entre os sistemas originou não somente uma falha técnica, mas também o transtorno gerencial, demonstrando a frágil fidedignidade das informações. Vislumbro que, não fosse isso, dificilmente as circunstâncias apontadas no relatório técnico teriam ocorrido.

Por conseguinte, o caso merece atenção e requer a determinação ao Poder Executivo no sentido de adotar providências visando aperfeiçoar o controle da execução orçamentária, abrangendo, inclusive, a integração entre os sistemas SEO e SIAFEM, evitando riscos ao equilíbrio orçamentário e financeiro em função desse descompasso.

Destaco ainda o posicionamento do Ministério Público de Contas, em seu Parecer às fls. 132 e 133, Vol. V, nos seguintes termos:

“Na verdade, a quase totalidade dos apontes, mesmo aqueles de fácil solução, vêm se repetindo em descumprimento de decisões emanadas da Corte para sua regularização. No entanto, mesmo diante da resistência do Governo em alguns aspectos, interessa asseverar o fundamental papel orientador no qual está investida essa Corte de Contas, pois ainda que tais recomendações não sejam suficientes para ensejar a rejeição das contas, estas maculam a gestão pública e, portanto, requerem adoção de providências corretivas, razão pela qual deverão ser consideradas pela Colenda Assembléia Legislativa a quando do exercício de sua função julgadora.” (sic)

A meu ver, por todo o exposto, o episódio não decorreu de dolo ou má fé, mas, repito, em razão da existência de falha circunstancial.

Ressalto ainda, que o limite em questão, nas Leis Orçamentárias dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, foi estabelecido em 25%, sendo reduzido para 18% no exercício de 2010, e novamente majorado para 25% na Lei Orçamentária do Exercício de 2011.

Acerca da falta de clareza na movimentação dos recursos de operações de crédito e do cancelamento de notas de empenho, assiste razão ao relatório técnico de que o assunto requer análise mais profunda, pelo que determino ao Departamento Técnico desta Casa que inclua essas questões no escopo das auditorias programadas a serem realizadas nos órgãos envolvidos, no sentido de examinar os atos dos respectivos ordenadores de despesa no que tange às citadas matérias.

Assim, diante do conteúdo do Relatório Técnico, da manifestação do Ministério Público de Contas às fls. 125 a 137, Vol. V, e mais o que dos autos consta, voto nos seguintes termos:

1. Pela emissão de Parecer Prévio Favorável à aprovação, com ressalva, pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, das Contas da Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA, referentes ao exercício financeiro de 2010, incluindo a Gestão Fiscal do PODER EXECUTIVO;

2. Pela formulação das RECOMENDAÇÕES constantes do Relatório ao Governo do Estado, visando tanto à adoção de procedimentos necessários à efetiva resolução dos senões detectados neste voto quanto contribuir para o aprimoramento da gestão pública estadual;

3. Pela emissão de Parecer Prévio Favorável à aprovação da Gestão Fiscal dos PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com a formulação a estes, pelos mesmos motivos constantes no item 2, das RECOMENDAÇÕES também constantes do Relatório;

4. Pela fixação de prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do Parecer Prévio, para que o Governo do Estado e demais Poderes encaminhem a esta Corte de Contas informações acerca das providências adotadas em relação às RECOMENDAÇÕES formuladas, para que as mesmas possam ser acompanhadas pelo Departamento Técnico por meio do instrumento de fiscalização denominado MONITORAMENTO;

5. Pela remessa dos presentes autos, incluindo o Parecer Prévio desta Corte de Contas, à Assembleia Legislativa do Estado até o próximo dia 03-06-2011, cumprindo assim, o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, sua missão institucional e os ditames constitucionais e legais, ao analisar as contas do Governo do Estado do ponto de vista técnico-jurídico, uma vez que o julgamento político-administrativo compete ao Parlamento. É como voto,

Belém, 23 de maio de 2011

Relator: IVAN BARBOSA DA CUNHA

Conselheiro Corregedor

ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº. 18.022

VOTAÇÃO

Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves:

Excelentíssimo Senhor Presidente, Conselheiro Cipriano Sabino; Excelentíssimo senhor doutor Roberto Bacury, que representa nesta Sessão sua Excelência o Governador do Estado Simão Jatene;

Senhores Conselheiros, Ivan Cunha, Conselheiro Luis Cunha; Eminente Procuradora, doutora Maria Helena Loureiro, do Ministério Público de Contas;

Ilustre doutor Carlos Botelho, que representa nesta Sessão a ex-governadora Ana Júlia Carepa, e quero, em nome do doutor Bacury, saudar todas as autoridades aqui presente, do atual Governo, como também no nome do doutor Carlos Botelho quero saudar todos os dirigentes da máquina estadual do Governo que se encerrou no dia 31 de dezembro, dizendo a todos, aos que estão nos cargos e aqueles que estiveram nos cargos, a certeza do meu apreço, do meu respeito, independente da presença ou não, porque os que hoje estão, com certeza amanhã também já estiveram, assim como todos nós na vida pública de um certo tempo, que já estamos nesta função, ou melhor, neste caminho, acostumados a essa situação do ontem e do hoje.

Eu queria saudar em primeiro lugar, em razão exatamente do cumprimento daquilo que nos determina a Constituição, em fazermos da Sessão mais importante do ano nos Tribunais de Contas, o exame prévio das contas do Governo do exercício anterior.

E quero fazer isso de modo especial, na medida em que festejo a democracia. Quando se está julgando as contas de um Governo que sai, já substituído por outro, também legitimamente eleito pela vontade popular, eu acho que este é um exercício profundo, edificante e construtivo da democracia, se discutir as contas na presença das duas administrações, a que saiu e a que entrou.

Quero, inicialmente, cumprimentar também o ilustre Relator, pelo trabalho que desenvolveu coordenando o grupo, dedicado, brilhante, de servidores desta Casa, e mais uma vez, senhor Presidente, não por desejo de ser agradável, se registra a competência técnica dos servidores deste Tribunal, à medida em que o trabalho apresentado testemunha o cuidado, a diligência cautelosa, no sentido de possibilitar ao Relator, que possa submeter ao Plenário o voto e deixar à consideração dos outros Conselheiros, que manifeste a sua posição, naturalmente também esse trabalho complementado pelos servidores do Ministério Público de Contas e pela voz da ilustre Procuradora Doutora Maria Helena Borges Loureiro.

Quero dizer isso que não a respeito das contas do Governo, mas especialmente em alguns momentos que atravessamos, se algumas coisas possam, devida ou indevidamente, serem atribuídas a esta Casa, nos seus procedimentos, estas circunstâncias não podem ser debitadas ao trabalho dos servidores, porque não só nas contas dos governadores, como também naquilo que manifestam para decisão no dia a dia desta ou das outras administrações, se as atitudes ou os caminhos que

foram percorridos não foram os mais elogiáveis, certamente não foi por causa do quadro funcional deste Tribunal que cumpre com responsabilidade com o seu dever.

Quero dizer também, e não vou me alongar demais, visto a manifestação brilhante do Conselheiro Relator e da ilustre Procuradora, para dizer que ao longo dos anos em que vivo exatamente a minha vida profissional nesta Casa, a gente vê a angústia dos governantes com certeza ao contemplarem os dados que muitas vezes são trazidos para a nossa consideração, angústia que devem ter, na minha visão, independente de todas as coisas que tem sido feitas para o aprimoramento do índice de desenvolvimento humano, e nós não podemos contemplar nesses anos todos, o investimento na educação e na saúde, acima dos tetos constitucionais, que não vejo nenhuma possibilidade de termos uma situação social melhor se nós não tivermos basicamente os investimentos exatamente feitos nestas condições, para que o remédio do posto de saúde pública seja na realidade dado à população que dele necessita, dando condições aos profissionais da área da saúde para exercitarem a sua função, como o pessoal da educação, no aprimoramento das escolas, no salário do professor, no salário do pessoal da saúde. Fora disso, a despeito da riqueza do nosso Estado, do nosso país, eu vejo que dificilmente nós poderemos superar este problema de ordem social enquanto essas duas áreas não forem absolutamente prioritárias, para evitar depois os problemas na segurança, o problema dos desvios e das condutas.

Quero cumprimentar o Presidente da Casa, pelas medidas que toma em apoio à democratização, a possibilidade desse trabalho que é realizado, e no sentido que este Tribunal ocupe de fato, no plano estadual, o lugar que merecidamente deve ocupar.

Rapidamente, e acho que os investimentos na educação, na saúde, Conselheiro Luis Cunha, realmente nós estamos no caminho da construção da cidadania, esse, invariavelmente, na minha modesta manifestação, é o caminho a ser percorrido, e quem sabe, a gente festeje daqui para frente, não o aplauso somente, que deve ser feito quando se atinge o teto constitucional, mas muito mais do que isso, que os governos não fiquem limitados ao teto constitucional dos investimentos, especialmente na saúde e na educação.

Vejo que há algumas recomendações, gostaria apenas de fazer a consideração ao nosso Conselheiro Relator, é no que se refere ao que foi recomendado no ano passado ao Poder Legislativo, quando diz que o Poder Legislativo proceda a publicação da remuneração do pessoal ativo, inativo e dos pensionistas, de acordo com o dispositivo constante na lei de diretrizes orçamentárias.

Novamente esta recomendação não foi cumprida. E passo também, apenas por uma questão de alerta, a essa situação que me reservo finalmente o direito de ler, que é a respeito do Executivo quando diz que foram abertos créditos adicionais com a fonte de recurso, excesso de arrecadação no valor de 1,02 bilhão, no entanto o excesso de arrecadação apurado no exercício foi de 995,6 milhões.

Assim, foram abertos os créditos no montante de 31,9 milhões, sem a correspondente fonte de recurso, descumprindo-se o previsto na lei 4.320/64, art. 43, bem como a LOA, no art. 6, I e II dessa lei.

De maneira que nessa condição, também o Poder Executivo abriu créditos adicionais suplementares correspondentes a 20,64% das despesas fixadas, portanto, superior ao limite de 18% autorizado na lei 7.370/2009, art. 6, II, descumprindo-se também a Constituição Federal.

Mas no geral, eu quero cumprimentar os servidores desta Casa, as autoridades aqui presentes, e dizer a Vossa Excelência que acompanho o seu voto na análise dessas contas.

Cons^o. Nelson Luiz Teixeira Chaves

Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Luis da Cunha Teixeira:

Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro Cipriano Sabino;

Senhora Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, doutora Maria Helena;

Quero cumprimentar o doutor Sérgio Bacury, secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, e que neste ato representa o Governador Simão Jatene;

Doutor Botelho, que representa neste ato a ex-governadora Ana